

## Líderes se reúnem amanhã para definir votações da semana

Lista de matérias encaminhada pelo presidente do Senado, José Sarney, aos parlamentares inclui medidas provisórias e três propostas de emenda constitucional. Uma delas eleva licença-maternidade de 120 para 180 dias



Edilson Aguiar/Secom-MT

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, acredita ser possível votar quatro medidas provisórias nessa primeira semana do esforço concentrado antes das eleições. Uma delas propõe a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena,

para absorver funções hoje sob responsabilidade da Funasa. Jucá avalia que será possível votar também três propostas de emenda à Constituição e seis mensagens do Executivo indicando autoridades para órgãos como o Cade e para seis embaixadas. **3**

Dança de índios caiapós da aldeia Metuktire, na região de Peixoto de Azevedo (MT): cuidados com saúde dos índios são delegados a nova secretaria especial por meio de medida provisória

**Estados e municípios obterão maior poder em matéria ambiental? **3****

**Presidente da CCJ mobiliza senadores para esforço concentrado na comissão **4****

**Projeto de lei prevê lixo como fonte de energia elétrica**

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor pode votar amanhã proposta do senador Marcelo Crivella que determina a geração de energia elétrica a partir de material de aterro sanitário em cidades com mais de 200 mil habitantes. **2**

Jefferson Remonides/Creative Commons



**Novas regras para padrão de qualidade do vinho nacional**

A Comissão de Agricultura examina amanhã correção na lei em vigor relativa à qualificação do vinho produzido no país. **2**

Colheita da uva no Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves, na serra gaúcha

CRA deve analisar também a criação do Fundo Catástrofe e a extinção da obrigatoriedade de substituir produtos de uso veterinário importados por nacionais

Luiz Chaves/Prefeitura de Caxias do Sul



Indústria de vinho em Caxias do Sul: produto nacional poderá ter novos ingredientes

## Comissão examina mudança na produção do vinho nacional

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se amanhã para examinar, em decisão terminativa, projeto que beneficia a vinicultura e proposta que trata da indústria veterinária. Consta também da pauta matéria que prevê a participação da União como cotista em fundo para cobertura suplementar do seguro rural.

O primeiro item (PLC 44/10) visa corrigir erro constatado no padrão de identidade e qualidade do vinho composto. Desse modo, a mudança na Lei 7.678/88 permitirá que, ao vinho composto, sejam adicionados os ingredientes mencionados na norma, entre eles álcool etílico potável de origem agrícola, açúcar, caramelo ou mistela (mosto

de uva) simples.

Já o PLS 130/10, apresentado por César Borges (PR-BA), extingue a obrigatoriedade de substituir a importação de produtos de uso veterinário licenciados para comercialização pela produção em território nacional. A exigência, definida há mais de 40 anos, não é compatível com o contexto industrial e comercial atual do Brasil, afirma.

### Seguro rural

O terceiro projeto autoriza a União a participar como cotista em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural. Conhecido como Fundo Catástrofe, o fundo a ser criado servirá para atender as modalidades agrícola, pecuária,

aquícola e florestal, devendo substituir o atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, instituído em 1966.

Relator do projeto (PLC 22/10 – Complementar), o presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), afirma que a medida representa um avanço, pois substituirá um fundo que nunca criou condições efetivas para o desenvolvimento de um mercado de seguro rural eficiente no Brasil.

De acordo com o projeto, a União terá autorização para emitir títulos do Tesouro Nacional no montante de até R\$ 4 bilhões, integralizados em duas parcelas, sendo R\$ 2 bilhões no ato da subscrição e o restante em até três anos.

## Obrigações de transformar lixo de cidades em energia

Gerar energia elétrica a partir de material proveniente de aterro sanitário em cidades com mais de 200 mil habitantes pode se tornar realidade. A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) pode votar amanhã proposta com esse objetivo.

Do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto de lei é um dos nove que constam da pauta da comissão, e terá que ser analisado posteriormente pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa. O relator da matéria na CMA, Jayme Campos (DEM-MT), apresentou parecer pela sua aprovação.

A criação de um cadastro nacional de obras inacabadas também está na pauta da comissão. O projeto, do senador Fernando Collor (PTB-AL), recebeu parecer favorável do relator Jefferson Praia (PDT-AM) e será votado em caráter terminativo na CMA.

## Jogos olímpicos para os estudantes do ensino básico

Estudantes brasileiros da educação básica de escolas privadas e públicas poderão ter a oportunidade de participar de uma competição esportiva em nível nacional caso seja aprovado pela Comissão de Educação (CE) o projeto de lei (PLS 503/09), do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que cria a Olimpíada Brasileira do Esporte (OBE).

A proposta, que deverá ser analisada amanhã em decisão terminativa, institui a competição em todas as modalidades de esportes olímpicos para estudantes do ensino básico a partir de 10 anos de idade. O relator, Jefferson Praia (PDT-AM), apresentou parecer favorável.

Entre os principais objetivos da OBE estão a identificação de jovens talentos e o incentivo à prática esportiva amadora e de competição como forma de contribuir para a melhoria do desempenho do Brasil nos Jogos Olímpicos. Na justificativa de seu projeto, Mercadante chama atenção para a importância do aprendizado do esporte na formação da educação básica.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp)

## Segunda-feira

### Plenário Abertura do segundo semestre legislativo

14h Os senadores realizam hoje a primeira sessão depois do recesso parlamentar. De caráter não deliberativo, é destinada aos discursos e aos comunicados da Mesa diretora.

## Terça-feira

### CRA Fundo Catástrofe

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária reúne-se para examinar proposta que autoriza a União a participar como cotista em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural – que protege o produtor contra perdas, principalmente em razão de fenômenos climáticos.

### CAE Proibição do comércio de anfetaminas

10h Entre as proposições em análise na Comissão de Assuntos Econômicos consta a que proíbe a produção, importação, comercialização e prescrição de anfetaminas no país. Outro projeto concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cancelando os débitos fiscais dessas instituições.

### CDR Prioridade para atingidos por enchentes

10h Projeto que dá prioridade nas políticas e ações da União ao cidadão que perdeu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos consta da pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

### CE Olimpíada Brasileira do Esporte

11h Projeto que autoriza o Poder Executivo a realizar a Olimpíada Brasileira do Esporte deverá ser analisado na Comissão de Educação. A proposta institui a competição em todas as modalidades de esportes olímpicos para estudantes do ensino básico. Ainda em pauta projeto que prevê centros de integração federal em todas as comunidades quilombolas do país.

### CMA Cadastro de obras inacabadas

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle analisa projeto que cria um cadastro nacional de obras inacabadas. A matéria será votada em caráter terminativo. A comissão também analisa proposta que obriga municípios, com mais de 200 mil habitantes, a usar aterros para geração de energia.

## Quarta-feira

### CCT Mercado de TV a cabo

8h30 Audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática discute o mercado brasileiro de TV a cabo. Entre os convidados, o conselheiro da Anatel João Batista de Rezende e os presidentes da Associação Brasileira de TV por Assinatura, Alexandre Annemberg, e da NET, José Antônio Félix. A comissão analisa ainda projeto que estabelece novas regras para campanhas eleitorais, além de 34 outros projetos que autorizam o funcionamento de rádios comunitárias, rádios FMs e emissoras de TV.

### CCJ Combate ao tráfico de drogas via Bolívia

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realiza audiência pública sobre o combate ao tráfico de drogas da Bolívia para o Brasil. Serão ouvidos os ministros da Justiça, Luiz Paulo Barreto, e da Defesa, Nelson Jobim, além do diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, entre outros. Em seguida, a CCJ examina, entre os cem itens da pauta, projeto que exige que condenados por crimes hediondos cumpram, no mínimo, quatro quintos da pena em regime fechado para que tenham direito ao livramento condicional.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

## AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Sueli Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Esforço concentrado de votações desta semana deve incluir a medida provisória que criou a Secretaria Especial de Saúde Indígena

# Sarney reúne líderes amanhã para definir pauta de votações

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, deverá se reunir com os líderes partidários amanhã, a partir das 14h30, para definir a pauta de votações do primeiro período de esforço concentrado após o recesso parlamentar. Esse período se inicia amanhã e vai até quinta-feira. O segundo período concentrado de votações antes das eleições de outubro será nos dias 31 de agosto e 1º de setembro.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), acredita que será possível votar nessa primeira semana quatro medidas provisórias (MPs), uma delas propondo a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena na estrutura do Ministério da Saúde, para absorver funções hoje sob responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Nesse caso, a proposta original (MP 483/10) foi transformada na Câmara dos Deputados em projeto de lei de conversão, passando ao exame do Senado como PLV 8/10.

Na mesma matéria, o governo cria a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A medida também atribui *status* de ministro a

três cargos de secretário especial – de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres e de Portos. O prazo de vigência da MP encerra-se na quarta-feira, um dia depois da reunião de líderes.

Em entrevista à Agência Senado, Jucá avaliou ser possível votar também três propostas de emenda à Constituição (PECs) para as quais os líderes já haviam acertado um rito de votação abreviado. Ele inclui ainda na pauta seis mensagens do Executivo indicando autoridades para órgãos como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e seis para embaixadas, além de outras propostas que sejam consensuais na reunião entre as lideranças.

– Vai ser um período muito produtivo. Vamos votar muitas matérias – afirmou Jucá.

## Emergências

Antes do início do recesso parlamentar, Sarney encaminhou aos senadores uma lista de proposições que poderiam ser incluídas na pauta de votações do esforço concentrado. Abrem a relação, além do PLV 8/10, três medidas provisórias que tramitam a pauta do Plenário.



Médico da Funasa atende comunidade indígena em Dourados (MS). Líder do governo, Romero Jucá (D), espera semana produtiva

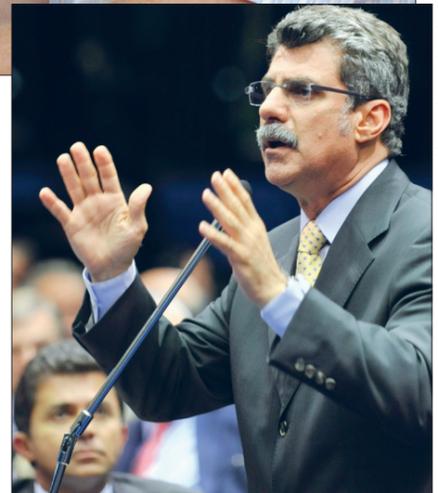
Uma delas é a MP 484/10, por meio da qual a União repassou R\$ 800 milhões para o atendimento de necessidades emergenciais dos estados e do Distrito Federal. As outras duas são as MPs 485/10 e 486/10, que abrem créditos extraordinários em favor de ministérios e de órgãos do Executivo e para transferências a estados, Distrito Federal e municípios. O prazo de vigência das três MPs se encerra na próxima segunda-feira (dia 9).

Também constam da relação encaminhada por Sarney aos senadores as três PECs com calendário especial de votação aprovado pelos líderes. A mais antiga eleva de 120 para 180 dias o período da licença-maternidade (PEC 64/07). Outra proposta restaura a exigência de diploma de curso superior em

Comunicação Social para jornalistas (PEC 33/09). A terceira estende o prazo de exercício de serviço público aos servidores dos ex-territórios de Roraima e Amapá, para que eles tenham os mesmos benefícios concedidos aos que prestaram serviços ao ex-território de Rondônia (PEC 17/10). A data em vigor beneficiava os admitidos até a transformação jurídica dos ex-territórios em estados (promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988) e a nova data contemplará os que foram admitidos até a instalação dos estados (1º de janeiro de 1991, com a posse dos primeiros governadores).

Constam ainda da lista três autorizações do Executivo para contratação de operações de

crédito externo, cuja votação nesse primeiro esforço concentrado será decidida pelos líderes partidários na reunião de amanhã. A mais antiga autoriza o estado de Minas Gerais a contratar empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 50 milhões. Outras duas atendem a pleitos do estado do Rio de Janeiro e do município de Catanduva (SP), e ainda não foram lidas em Plenário.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

## Política ambiental e reestruturação das Forças Armadas podem ir a voto

Temas que mobilizaram os parlamentares no primeiro semestre podem ser votados pelo Plenário nos dois períodos de esforço concentrado previstos para os meses de agosto e setembro. Alguns desses projetos provocaram polêmica, outros tiveram tramitação rápida. Todos, porém, têm em comum o fato de terem chamado a atenção dos senadores. A relação consta de pauta preliminar encaminhada aos parlamentares pela Presidência do Senado, a partir de acordo estabelecido antes do recesso.

Entre os assuntos que podem entrar na pauta estão a regulamentação da competência de União, estados e municípios na área ambiental; a reestruturação das Forças Armadas; a ampliação do acesso às informações públicas; a estruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; e o reconhecimento de direitos de todas as religiões. Esse último, permitiu, na Câmara, a aprovação de acordo celebrado entre o Brasil e o Vaticano, que tratou da personalidade jurídica da Igreja

Católica.

O que vai ser votado de fato, porém, será decidido em reunião de lideranças prevista para amanhã. O certo é que, para votar esses projetos, o Plenário terá antes que analisar as medidas provisórias que tramitam a pauta, as propostas de emenda à Constituição em calendário especial de tramitação, as indicações de autoridades e as autorizações de empréstimo.

## Meio ambiente

Um dos projetos, o PLC 1/10 – Complementar, detalha as competências administrativas específicas da União, dos estados e dos municípios quanto à proteção, ao uso e à conservação dos recursos naturais. O texto aumenta o poder de estados e municípios na definição de políticas de proteção ambiental.

O foco da atuação dos órgãos



Kátia Abreu é relatora do projeto que aumenta o poder de estados e municípios para definir políticas ambientais

ambientais dos respectivos entes federados – segundo ressaltou no parecer favorável ao projeto a relatora, senadora Kátia Abreu (DEM-TO) – deverá ser a política de licenciamento e fiscalização ambiental. A meta, afirma Kátia Abreu, é oferecer segurança jurídica à população e aos empreendedores na exploração racional e sustentável dos recursos naturais.

Já o PLC 10/10 altera normas de organização, preparo e emprego das Forças Armadas. O projeto tem como objetivo a unificação das operações das três forças, autorizadas ainda a exercer de forma plena o poder de polícia nas áreas de fronteira.

## Regras para acesso a dados públicos

A regulamentação do acesso do cidadão a informações mantidas pelo poder público, prevista na Constituição, ficará assegurada com a aprovação do PLC 41/10. O projeto estabelece como dever do Estado a garantia de acesso do cidadão a informações de seu interesse, a serem fornecidas por meio de procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente e clara, em linguagem de fácil compreensão. Se o agente público negar acesso a informação sem restrições, e sua decisão não estiver fundamentada, ficará sujeito a medidas disciplinares.

Já o PLC 160/09 reconhece a todas as instituições religiosas direitos como a criação e administração de universidades, além de prestação de serviços em hospitais e entidades de assistência social. A proposta regulamenta a Constituição para estabelecer mecanismos que assegurem o livre exercício religioso, a proteção aos locais de cultos e suas liturgias e a inviolabilidade de crença, bem como o ensino

da religião.

Se o projeto for aprovado, o casamento celebrado em conformidade com as leis canônicas ou com normas das denominações religiosas reconhecidas no país terá efeito civil após registro próprio a partir da data da celebração, contanto que atenda às exigências legais.

## Concorrência

O PLC 6/09 estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. O SBDC será constituído pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae).

A secretaria terá como competência emitir opiniões sobre a promoção da concorrência; sobre propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, de consumidores ou usuários de serviços; e, quando entender pertinente, sobre pedidos de revisão de tarifas.

Senador afirmou que está mobilizando os integrantes da Comissão de Justiça para que compareçam à reunião agendada para esta quarta-feira. Entre as propostas em destaque na pauta, estão projetos para fortalecer o combate ao crime no país e para deduzir do IR gastos com aluguel



Rodolfo BUHREY/Grzeia do Povo

Presas em carceragem de delegacia em Curitiba: projetos de lei em pauta na CCJ aumentam tempo de cumprimento de pena e ampliam exigências para obtenção de progressão de regime prisional

## Demostenes quer garantir votações na CCJ

PARA ASSEGURAR A votação de matérias importantes que integram a pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da comissão, afirmou estar mobilizando os senadores para que compareçam à reunião agendada para esta quarta-feira. Entre os cem itens na agenda da CCJ estão diversas medidas para fortalecer o combate ao crime no país, além de normas que tratam de direitos de casais em união estável e da dedução de despesas com aluguel no cálculo do Imposto de Renda (IR).

Em entrevista à Agência Senado, Demostenes disse que, para garantir consenso na votação de vários projetos polêmicos que constam da pauta, ele está entrando em contato com assessores do governo e da oposição, no sentido de "avançar num acordo". O objetivo do senador é assegurar a votação do maior número possível de matérias na comissão.

– A intenção é manter os bons resultados da CCJ, que tem sido a campeã na análise de projetos entre as comissões do Senado – ressaltou.

### Criminalidade

O combate à criminalidade e o aperfeiçoamento do sistema de segurança pública estão entre os principais itens da pauta da CCJ, com várias propostas sobre o assunto. O primeiro projeto na agenda (PLS 249/05) exige que condenados por crimes hediondos cumpram no mínimo quatro quintos da pena em regime fechado para que tenham direito ao livramento condicional. A legislação em vigor prevê o benefício após

o cumprimento de dois terços da pena.

Também para dificultar o livramento condicional para os demais tipos de crime, outros dois projetos (PLS 457/03 e PLS 59/06) ampliam a lista de exigências para que o preso tenha o direito de requerer a progressão de regime prisional.

O aumento da pena de 12 para 14 anos de reclusão para os crimes de corrupção ativa ou passiva praticados nas áreas da saúde e da educação (PLS 35/09) também está na pauta da CCJ.

**Corrupção desviou 25% de R\$ 1,6 bi repassado pelo Ministério da Saúde a 1.341 cidades nos últimos quatro anos**

Segundo dados da Controladoria Geral da União, a corrupção e a má gestão desviaram 25% do total de R\$ 1,6 bilhão repassado pelo Ministério da Saúde nos últimos quatro anos a 1.341 municípios do país. Na área da educação, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Brasil perde com a corrupção 81% do orçamento do setor, que corresponde a R\$ 27,1 bilhões.

Também podem ser votadas quatro proposições com medidas para conter a violência no país e que tramitam em conjunto, todas com o objetivo de alterar o Código Penal para aumentar o tempo de cumprimento da pena privativa de liberdade (PLSs 310/99, 315/99, 67/02 e 267/04). Atualmente, pelo Código Penal, o tempo máximo de encarceramento do condenado é de 30 anos. A relatora dos quatro projetos, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), apresenta uma emenda em que aumenta o tempo máximo de prisão para 50 anos.

### Aluguel

Também poderá ser analisada a proposta que prevê a dedu-

ção, no Imposto de Renda, das despesas pagas com aluguel no valor de até R\$ 15 mil. Pelo substitutivo do senador César Borges (PR/BA) a dois projetos de lei (PLSs 316/07 e 317/08), somente poderão ser descontadas as despesas relativas a um único imóvel residencial, ocupado pelo próprio contribuinte.

A alteração do Código Civil para garantir ao companheiro sobrevivente de uma união estável o direito já conferido ao cônjuge de permanecer no imóvel da família, desde que não seja proprietário de outro imóvel residencial particular, também está entre os itens da CCJ. A autora do projeto (PLS 414/09), senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), explica que a Lei 9.278/96 já prevê o direito real de habitação ao companheiro, mas o novo Código Civil (Lei 10.406/02) não fez qualquer menção ao direito à habitação na união estável.

Outra proposta que pode ser examinada pela comissão é a que aumenta de 40 para 60 salários mínimos o valor máximo das ações que poderão ser julgadas pelos juizados especiais cíveis estaduais (PLS 275/03). A intenção da proposta é a equiparação ao teto estipulado pelos juizados especiais federais.

### Eleição

Também há vários projetos sobre eleições na pauta da CCJ. Um deles (PLS 195/06) obriga os candidatos a cargos eletivos a registrarem, na Justiça Eleitoral, uma carta de princípios e um programa de trabalho, para facilitar a fiscalização de seu mandato.

Outra proposta (PLS 338/04) acaba com a prerrogativa dos eleitores de não poderem ser presos no período compreendido entre cinco dias antes da eleição e dois dias após.

## Maior facilidade para cassar concessões públicas

Os contratos de concessão poderão perder a validade (caducar) quando a empresa concessionária for condenada, em sentença transitada em julgado, por crime contra a ordem econômica e a ordem tributária, ou por crimes de lavagem de dinheiro e de natureza patrimonial. A medida vale para casos de crimes praticados no âmbito da concessão ou em virtude desta e consta de proposta em pauta na reunião desta quarta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 416/07), de autoria do senador Gerson

Camata (PMDB-ES), amplia as possibilidades de declaração, por parte do poder concedente, de caducidade do contrato de concessão. Atualmente, pela Lei das Concessões e Permissões de Serviços Públicos (8.987/95), o fim da validade da concessão poderá ser declarado pelo poder concedente somente quando a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

O relator da matéria, Arthur Virgílio (PSDB-AM), diz que o projeto favorece a moralidade.

## Projeto amplia exigências para progressão de pena

A lista de exigências para o condenado requerer a progressão de regime prisional (quando passa, por exemplo, do regime fechado para o semiaberto) deverá ser ampliada. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) está pronta para votar na quarta-feira, em decisão terminativa, dois projetos que obrigam o condenado a pena privativa de liberdade a passar mais tempo preso para solicitar o benefício.

A proposta mais antiga (PLS 457/03), do senador Demostenes Torres (DEM-GO), estabelece como condições para a progressão de regime o condenado ter cumprido, no mínimo, um terço da pena na prisão, não ter cometido falta disciplinar grave e contar com

recomendação favorável em exame realizado pela Comissão Técnica de Classificação. O projeto também obriga o criminoso reincidente a iniciar o cumprimento da pena em regime fechado.

Já o PLS 59/06, de Magno Malta (PR-ES), condiciona o benefício ao cumprimento de, no mínimo, dois terços da pena em regime fechado para condenados por crime hediondo, tortura, tráfico de drogas ou terrorismo.

A relatora, Kátia Abreu (DEM-TO), recomenda a aprovação do PLS 457/03, em prejuízo do PLS 59/06. Na sua avaliação, a proposta de Demostenes se mostra "razoável" por impor tratamento diferenciado e mais rigoroso para quem volta a praticar atos criminosos.